

----- SEGUNDA REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, INICIADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- **ATA NÚMERO TREZE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos dezanove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além do mencionado, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Marina Soares Paulo, Mário Joaquim Gomes Branco e António Diogo Carvalho Gongó Carvalheda. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques, Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano e Maria Manuela Roque Rodrigues Barros Maia. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno, Carlos Roque do Rosário Rêgo e Paulo Carrapatoso Bordalo Amado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Susana Maria Gomes Correia. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** - Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Amado. -----

----- Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Manuela Maia. -----

----- Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Carvalheda. -----

----- Sérgio Machado Morais de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Aquino de Noronha. -----

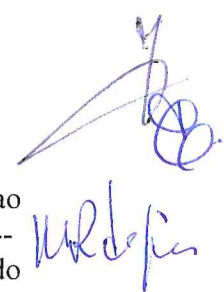
----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por Susana Correia. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião, entrnado de imediato na Ordem do Dia. -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta da Freguesia de Alvalade, prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para além da atividade relatada na informação escrita, que resultava também de uma compilação feita pelos serviços que acompanhavam as matérias e a continuidade das deliberações da Junta de Freguesia,



cabia-lhe destacar algumas atividades, recordando que a informação escrita se referia ao período entre 1 de junho de 2022 a 31 de agosto de 2022, altura das férias de verão. -----

----- Como Alvalade se inseria na Cidade de Lisboa, era altura de uma prática do passado, de quase todos os bairros da Cidade de Lisboa, em que todas as Freguesias estavam envolvidas, referia-se à preparação das chamadas Festas Populares e dos arraiais de Santo António. -----

----- Nesse ano, a Junta de Freguesia de Alvalade, como era do conhecimento público, desenvolveu uma estratégia de parcerias com outras entidades e, em particular, estabeleceu uma cooperação e colaboração, num projeto de parceria, com o Clube de Rugby de São Miguel, que pareceu ter vantagens claras sobre o passado, muito embora as queixas e problemas que por vezes aconteciam - iriam acontecer com todos os titulares de cargos públicos - e, portanto, não era uma crítica ao passado, era atender às preocupações das pessoas que sentiram posto em causa o seu direito ao sossego e descanso quando os arraiais eram realizados no parque do INATEL. -----

----- Foi uma oportunidade que surgiu para realizar essas atividades nesse local mais afastado das áreas de residência, uma zona também ela controlada em termos de segurança e de acesso. Reunia essas condições, porque as próprias entidades de segurança intervenientes, nomeadamente a polícia e os bombeiros, assim também o entenderam, e essa parceria resultou muito bem. Era típico das festividades de Lisboa em todas as Freguesias nessa época do ano haver essa tradição das pessoas se juntarem e celebrarem os Santos Populares. -----


----- Em Alvalade procurou-se respeitar a identidade própria. Não são uma zona da cidade típica de arraiais de Santo António, como a Mouraria, a Sé, o Bairro Alto, nem marchas tinham, mas isso não queria dizer que não tivessem a sua identidade e, em articulação com a instituição que colaborou com a Junta, procurou-se estabelecer uma programação distinta, mas que fosse ao encontro das pessoas e que resultou num convívio muito adequado à celebração que queriam fazer, ao mesmo tempo promovendo e apoiando os promotores culturais que já eram reconhecidos pela comunidade. Fazia todo o sentido incluí-los nas festividades, nomeadamente o Paulo de Carvalho e Ena Pá 2000, para públicos diferentes, as tunas académicas, folclore, algumas entidades de promoção musical, como o Rui Pragal da Cunha e uma banda de tributo a Amy Winehouse. -----

----- Fez-se também uma parceria com as casas regionais, no sentido de enriquecer a oferta gastronómica e não só, e ao mesmo tempo promover essas instituições. Foi um projeto conseguido, mas sempre suscetível de ser melhorado. -----

----- Durante esse período também se procurou dar cumprimento aos projetos e aos compromissos assumidos com os cidadãos de Alvalade, desenvolvendo projetos que reforçavam a qualidade e o acesso às atividades artísticas e culturais na Freguesia, procurando desenvolver e implementar uma estratégia que sempre defenderam, que em parceria com outras instituições seriam capazes, com equilíbrio financeiro e sem onerar demasiado o erário público, no que se referia ao Orçamento da Freguesia, conseguir levar por diante projetos de âmbito internacional. -----

----- Foi com esse objetivo que celebraram um protocolo com a Associação Cistermúsica, que há mais de três décadas desenvolvia um dos festivais de música mais importantes do País e já com dimensão internacional. Foi graças a essa parceria que conseguiram trazer a Alvalade um coro gospel originário do Mississipi, que teve a sua apresentação na Aula Magna e, também, um coro de música de câmara, em parceria com o Centro Paroquial e com a Igreja de São João de Brito. -----

----- Nesse contexto, estava-se ainda a aprofundar as parcerias com a Universidade de Lisboa, o que parecia inevitável e seria um absurdo não o fazerem. Alvalade tinha na



sua área geográfica a maior comunidade académica do País e a Universidade de Lisboa representava grande parte dessa comunidade, e nesse sentido estavam-se a aprofundar as relações para estabelecer, em protocolo, várias iniciativas que visavam, essencialmente, facilitar e promover o acesso às artes e à cultura e ao conhecimento da comunidade de Alvalade, levando por diante projetos de qualidade indiscutível e previamente avaliados por outras entidades, nomeadamente por ministérios e organizações internacionais, garantindo que os níveis de exigência estavam a ser respeitados. -----

----- Nesse sentido, continuariam a promover grandes concertos. Estava previsto para muito breve um Requiem Brahms, em que se juntava uma orquestra de âmbito internacional com uma associação sediada em Alvalade, Lisboa Cantat, a realizar já no dia 3 de novembro. Estavam todos convidados. No dia dos finados fazia todo o sentido um requiem como iniciativa nesse contexto. Seria na Igreja de São João de Brito, contava com uma orquestra e um coro e previa-se que fosse um espetáculo de grande impacto e grandiosidade, com mais de cem artistas a interpretar essa grande obra. -----

----- Também no âmbito desse protocolo conseguia-se manter a estratégia defendida desde o início e que constava do programa eleitoral sufragado pelos alvaladenses, de assegurar regularidade e continuidade nos projetos culturais da Freguesia de Alvalade. –

---- O protocolo com a Universidade de Lisboa previa já essas iniciativas, continuariam a ter um concerto para as famílias e para os mais jovens. Tendo consciência da oferta cultural já existente na Cidade de Lisboa, procurou-se não se repetir, nem tornar excessivo, quando a oferta cultural já era muito diversificada e rica. Entendeu-se por bem iniciar uma certa tradição, com o objetivo de, numa altura em que havia menos esse tipo de atividades, dedicar à família, no Dia do Pai, um concerto na Aula Magna, outra vez com uma grande orquestra. -----

----- Estava previsto para o próximo ano um grande concerto do Requiem de Mozart, com uma orquestra, também em parceria com a Aula Magna, assim como a reafirmação e o prolongamento de um protocolo com o Cistermúsica e ainda protocolos com a Universidade de Lisboa e com as associações académicas, que visavam assegurar uma regularidade na realização de exposições na Freguesia de Alvalade, ocupando e utilizando espaços que não lhe pertenciam do ponto de vista da propriedade, como o Caleidoscópio e outros, para fazer grandes exposições. -----

----- Já se estava a preparar algo, que era para ser neste ano, mas a exigência da exposição levou a Faculdade de Arquitetura e a Junta a adiar para o próximo ano, uma grande exposição e um grande evento sobre o Dia Mundial da Arquitetura. Seria realizado em parceria com a Universidade de Lisboa e a Faculdade de Arquitetura, com a Direção Municipal de Cultura e a Freguesia de Alvalade, contando com a participação do Professor Arquiteto Pardal Ribeiro, com uma exposição o mais rica possível do espólio do arquivo municipal de Lisboa e com a exibição do filme “Verdes Anos” do Paulo Rocha, que retratava bem a arquitetura modernista que Alvalade simboliza. -----

----- Sabia-se que essa era uma altura de fim de ano letivo e nesse sentido realizou-se uma iniciativa que já vinha do passado, o *Alvalade em Férias* para crianças e jovens. Registava-se um aumento significativo no número de crianças que o frequentou: 117 crianças. Houve a preocupação de tornar mais inclusiva e diversificada esta iniciativa, integrando cerca de dez crianças com necessidades especiais e crianças ucranianas e iranianas. -----

----- Apesar desse aumento, conseguiu-se alcançar uma diminuição de custos. No ano anterior tinham sido despendidos 111.000 euros e, neste ano, a diferença não era muita, mas com um aumento de iniciativas e de pessoas participantes conseguiu-se não ultrapassar esse valor e ficar nos 109.000 euros. -----

----- Para além disso começou-se a preparar o próximo ano letivo que já foi iniciado. Nesse contexto cabia destacar algumas iniciativas no âmbito da educação, em articulação com as escolas e agrupamentos escolares. Alvalade seria pioneira a garantir o ensino da música a todo o primeiro ciclo. Atualmente ele não era garantido, começava este ano, no primeiro ano, e garantia-se que todos os anos aumentava um ano, para que as crianças não tivessem que estar à espera do quinto ano para começarem a ter esse tipo de aprendizagem.-----

----- Dando resposta às necessidades do presente e ao mundo em que viviam, seriam também pioneiros, não graças ao Presidente, mas ao pelouro da educação e às escolas e instituições existentes em Alvalade, na criação de um projeto com a *Assembly Academy* e já estava em curso um programa de aprendizagem de contacto dos alunos à programação de computadores e à robótica. Tinha muito sucesso; a reação dos pais e dos professores tinha sido extraordinária e até superou as expetativas.-----

----- Era um exemplo de que os compromissos no âmbito do reforço de todo o processo de educação e de cultura em Alvalade devia ser cumprido e procuravam cumpri-lo.-----

----- Também nesses domínios, Alvalade já estava a trabalhar com uma associação para começar a desenvolver projetos de ciência experimental nas áreas de biologia, física e química a partir do segundo ano do ensino básico. Era uma forma de aprofundar o conhecimento e motivar o interesse das crianças pela ciência, no que pareceu um projeto de muito interesse e que Alvalade não podia deixar escapar.-----

----- Houve um aumento da oferta desportiva e os responsáveis pelas escolas acolheram de uma forma muito positiva a oferta de uma nova atividade desportiva a acrescentar às já existentes. Fizeram-se reuniões para oferecer aulas de natação para as crianças do pré-escolar, para começarem a ter acesso a essa atividade também com as escolas de Alvalade e com uma instituição de Alvalade, nesse caso o Clube Estrelas de São João de Brito, que era o único a dispor de piscina para o efeito.-----

----- Outras áreas foram sempre consideradas uma prioridade, por necessidades óbvias. No Plano de Atividades dizia que se incluíam as questões da saúde no âmbito dos direitos sociais e, nesse sentido, a Junta de Freguesia, mesmo durante este período estival, realizou um conjunto de reuniões que começavam a dar frutos. Alguns projetos requeriam a participação de especialistas, de pessoas mais ligadas à ciência e à especialidade da saúde, que tinham os seus ritmos e tinha de se contar com a agenda deles. Nesse contexto, fez-se uma reunião com a Professora Doutora Maria José Diógenes para a elaboração de um protocolo com a Sociedade Portuguesa de Farmacologia, com a elaboração de um programa a ser dado nas escolas para alunos de várias idades e também para professores.-----

----- Fizeram-se duas reuniões com a Cruz Vermelha no sentido de estabelecer um protocolo, que já estava a ser desenhado e elaborado em pormenor. Na segunda reunião foram estabelecidos os grandes objetivos e as necessidades de ambas as partes, para que esses projetos tivessem a solidez necessária. Estavam a falar de saúde e não podiam ser amadores nessa matéria. A ideia era criar em Alvalade um programa que se designava "*Saúde Mais Próximo*" e que contemplava, não só um protocolo de acesso a uma espécie de via verde no Hospital da Cruz Vermelha de todas as pessoas de Alvalade, em particular dirigido para os mais idosos, mas que iria ainda contemplar, sob a supervisão dos médicos e, portanto, da Cruz Vermelha, de um posto médico em Alvalade, criado pela Junta de Freguesia, precisamente para assegurar essa relação entre os hospitais e os médicos e a fase inicial, de forma a que os utentes e os cidadãos de Alvalade não tivessem grandes dificuldades, nem burocracias, e que eram atendidos no seu local natural.-----



----- Em princípio seria instalado no Mercado de Alvalade. Faltava os engenheiros e os médicos confirmarem que as condições existentes eram adequadas para o efeito. Também se queria outro apoio médico no domínio da saúde mental, uma matéria que tem estado muito em voga, e esses projetos seriam desenvolvidos em parceria com os especialistas. A Junta de Freguesia não tinha competência técnica nesses domínios e por isso precisava de se alicerçar na colaboração com as instituições e competentes técnicos nesses domínios. -----

----- Já se estava a preparar um trabalho de campo, num inquérito com amostragem adequada em Alvalade, para avaliação da perceção da população face às suas necessidades e prioridades no âmbito da saúde. O questionário médico seria elaborado em colaboração com as unidades de saúde familiar e parceiros da Freguesia, de forma a ser um questionário simples e claro, com significância estatística certificada e que pudesse ser usado como fundamentação dos projetos a desenvolver. -----

----- Estavam também a preparar todas as condições para que o protocolo com a Cruz Vermelha fosse executável e eficaz, nomeadamente assegurando o transporte dos utentes para consultas ou exames que fossem necessários no Hospital da Cruz Vermelha. -----

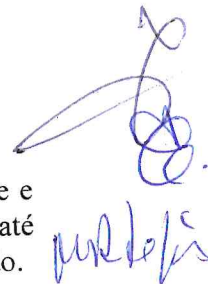
----- Previa-se ainda uma ação de formação com a participação, não só da Santa Casa da Misericórdia, mas da própria Cruz Vermelha, para a formação de técnicos auxiliares de saúde e para a criação de uma rede de cuidadores informais. Seria mais um serviço disponibilizado aos cidadãos de Alvalade, em particular os mais idosos, combatendo o isolamento e os riscos que corriam quando estavam sozinhos. -----

----- A criação de um contacto transversal com os fregueses residentes, com a colaboração da comissão social da Freguesia, para haver um atendimento à distância dos utentes. Era um projeto a ser criado em colaboração com os médicos e com essas instituições. -----

----- Com as farmácias de Alvalade seriam estabelecidas parcerias vocacionadas para o controle de diabetes, saúde e nutrição. Iriam ainda assegurar o acompanhamento das necessidades essenciais de saúde, que muitas vezes os cidadãos não identificavam e até por aquilo que se costumava designar por pobreza envergonhada. Sabia-se que muitos cidadãos não cumpriam o receituário, por não conseguirem comprar os medicamentos todos, por não terem capacidade financeira para o efeito, e muitas vezes, essa informação não chegava a nenhuma instituição porque havia essa vergonha, esse pudor em revelar a fragilidade económica. As farmácias tinham um conhecimento mais detalhado, porque eram quem diretamente fornecia os medicamentos, conseguindo perceber e identificar essas falhas. -----

----- O protocolo respeitava toda a legislação aplicável, nomeadamente a privacidade das pessoas e a sua identificação, assegurando que pudessem, pelo menos, identificar e procurar formas de apoio para que essas situações não ocorressem. -----

----- No âmbito do espaço público e espaços verdes, com o Vereador Ângelo Pereira, fizeram-se várias reuniões e até uma visita ao local, aos jardins do Campo Grande, com o objetivo de criar um equipamento dedicado às práticas da educação, da cultura e do conhecimento, numa instalação que ainda existia e não estava a ser afeta, nem à Câmara, nem à Junta. Nesse sentido, estavam a procurar criar as condições adequadas para instalar o arquivo que ia ser doado pelo Paulo de Carvalho. Todo o seu património artístico, toda a sua biografia, toda a coleção da sua carreira artística, seria doada à Freguesia se Alvalade e precisava de um tratamento especializado, de um arquivista e especialistas na matéria e de um espaço adequado para o manter e tornar acessível aos cidadãos que assim entendessem. -----



----- A zona do Campo Grande, face à proximidade das instituições do saber, da arte e da cultura, que eram as universidades e as faculdades, parecia o sítio mais adequado, até porque era intenção desenvolver aí projetos de atividades artísticas ligadas à população.

----- Propôs-se já por escrito, em questões de segurança, a resolução de algumas reivindicações, ou pelo menos de alguns pedidos à Câmara para que atuasse de uma forma cada vez mais eficaz e eficiente, embora tivesse havido duas reuniões com a PSP, muito recentemente, e em particular no verão. Sabia-se que ia ser reforçado o número de agentes da PSP em Alvalade, que seria uma das Freguesias que teria um reforço substancial e aumentado dos recursos humanos disponíveis, ultrapassando o que ia do passado. Foi garantia da nova Comissária da esquadra. -----

----- Reiterava-se o pedido de aplicação do sistema de videovigilância. Era um projeto já aprovado na Assembleia Municipal no mandato anterior, que em concreto abrangia a Cidade Universitária e que contava já com os pareceres favoráveis da CADA e da PSP, 18ª Esquadra. Estava-se a pressionar a CML para que, de uma vez por todas, passasse do papel à prática. -----

----- Pediu-se o reforço da Polícia Municipal. Segundo a informação da Câmara tornada pública até pelo próprio Presidente, a escassez de recursos da Polícia Municipal dependia da capacidade do Ministério da Administração Interna criar mais quadros, porque os agentes tinham que ser recrutados na PSP. Não havendo essa disponibilidade, muito dificilmente se concretizaria este objetivo, mas preparou-se um dossier e já se discutiu com o Senhor Vereador para a criação do regulamento de colaboração com outras Freguesias que se manifestaram também muito interessadas. -----

----- Como já existia nalgumas câmaras municipais da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente Sintra, Cascais e Oeiras, a criação de um regulamento que adequasse e permitisse a criação de equipas de guardas-noturnos. -----

----- Falou-se ainda com o Senhor Vereador da apresentação de um projeto de arborização da Praça de Alvalade e da Avenida de Roma, um estudo prévio. Já em articulação com os serviços competentes, estava-se a estudar a forma de prever, talvez no plano de atividades do próximo ano. Faziam questão que isso ocorresse o mais depressa possível. -----

----- Falou-se também da necessidade de tomar medidas eficazes e concretas de acalmia de tráfego junto das escolas, creches e jardins, sugerindo a criação de lombas ou passadeiras de redução, que permitissem a limitação da velocidade, em particular na Estados Unidos da América, e a reformulação dos semáforos a meio de ambos os troços, requalificação do atravessamento pedonal entre a Rua Rosália de Castro e a Rua Fernando Caldeira, melhorando o acesso pedonal à Escola EB1 Fernando Pessoa, colocação de sistemas inibidores de velocidade, reforçar a sinalização nas zonas próximas das escolas e em frente ao Mercado de Alvalade e Avenida da Igreja, e promover a colocação de passadeiras luminosas ou desenhos de aparência tridimensional ou gráfica e avisos luminosos, sistemas de sinais luminosos dissuasores, a informar a velocidade do veículo, e ainda o desenvolvimento e implementação de um procedimento visando a remoção das trotinetes abandonadas nos passeios. -----

----- Pediu-se ainda uma atenção especial para a necessidade de criar mais carregamento de veículos elétricos nas zonas de elevada densidade populacional. Havia pedidos constantes dos residentes nesse sentido. Também reformular a carreira de bairro, porque a avaliação da adesão da população revelava que não estava a satisfazer as necessidades da população e tinha que ser revista, para que se tornasse de facto utilizada e eficaz. ----

----- Nos domínios da segurança propôs-se também a criação de um contrato local de segurança, que estudasse a possibilidade de um CDC ou outra forma de apoio, para em simultâneo com a criação da Associação de Guardas-Noturnos, ao abrigo da Lei

105/2015, estabelecer um regime jurídico da atividade dos guardas-noturnos e de soluções de vídeo-segurança e outras que fizessem parte dos contratos locais de segurança. -----

----- No domínio da higiene urbana - um problema sempre difícil de satisfazer - a Junta de Freguesia era a primeira entidade a estar insatisfeita com tudo o que se passava, só que a higiene urbana dependia dos recursos humanos e, nesse sentido, o que podiam fazer era melhorar as condições de trabalho e reforçar o número de pessoas com essa capacidade. -----

----- Em acordo com os trabalhadores da higiene urbana, passou-se de três para quatro turnos, aumentou-se a capacidade de resposta dos serviços da Freguesia e já se integraram mais quatro pessoas, o que era possível através de instrumentos de mobilidade que permitiam acrescentar alguma oferta, dentro do possível. -----

----- Este problema tinha sido levantado reiteradamente junto da Câmara Municipal. A Junta partilhava as competências e a gestão dessa atividade com a Câmara Municipal e era público que o Presidente da Câmara já tinha anunciado o maior reforço financeiro alguma vez previsto nesta matéria: um investimento de 18 milhões de euros para equipamentos e recursos humanos e o recrutamento de 118 trabalhadores para a higiene urbana. -----

----- Como se dependia bastante da articulação com a CML para assegurar a qualidade do serviço, esperava que esses objetivos se concretizassem o mais rápido possível. -----

----- No âmbito do propósito e compromisso de melhorar a capacidade de produção artística e cultural de Alvalade e de apoiar as entidades que promoviam esse objetivo, celebrou-se com uma associação liderada por um grupo identificado como “*A banda de Alvalade*”, os *Capitão Fausto*, a transformação do edifício Luis Barreto num hub criativo no âmbito da música pop urbana, para criar um estúdio de produção e gravação, tendo como objetivo principal desenvolver novos projetos de grupos musicais de gente nova, gente daquilo que se podia chamar emergente. -----

----- Para marcar essa iniciativa já se fez lá a celebração do Dia Mundial da Música, com um pequeno concerto, de forma limitada a 600 pessoas, num horário da tarde e a terminar à meia-noite, mas que, mesmo assim, causou incómodo. A Junta de Freguesia não podia pôr as suas atividades à frente do descanso das pessoas e por isso já decidiu e informou os moradores que o Festival Cuca Monga se ia realizar todos os anos e deixaria de ser realizado naquele espaço. Pediu-se à CML que fosse no Parque José Gomes Ferreira a partir do próximo ano, de forma a fazer o festival onde não causaria tanto transtorno ao direito ao descanso dos cidadãos de Alvalade. -----

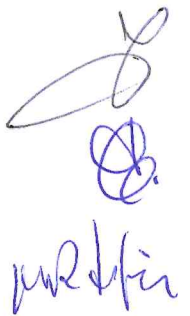
----- As críticas deviam ser todas atendidas, se fossem razoáveis, e pareciam ser. Tinham de ter sempre capacidade de emendar e de procurar fazer melhor. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que tinha uma sugestão a fazer relativamente à informação escrita, que pudesse ser feita uma compilação da informação alinhada com o ano civil, porque isso também permitiria haver um alinhamento com os instrumentos de gestão e seria mais fácil de avaliar o trabalho da Junta de Freguesia. Ficava a sugestão. -

----- Saudou a saúde financeira da Junta de Freguesia, aliás em linha com o que ia sendo feito desde 2013. -----

----- De notar que o Senhor Presidente apreciava a requalificação do complexo desportivo de São João de Brito e que permitiu a realização do arraial. Antes da última nota final que tinha dado, estava um pouco surpreso com o critério do ruído, porque o critério de ruído que serviu para mudar o arraial de sítio, depois não serviu para evitar um festival na Vila Afifense, mas já tinha percebido e ainda bem. -----





----- De momento tinha apenas três questões muito precisas: -----
----- Qual o motivo da manutenção de uma construção irregular junto a um talude que foi intervencionado junto à Rua Branca de Gonta Colaço. Houve uma intervenção de estabilização e manteve-se uma das construções irregulares; -----
----- Também um assunto abordado, o projeto de acalmia de tráfego nas Avenidas Dom Rodrigo da Cunha e Santa Joana Princesa. A direção municipal já tinha abordado o Executivo em período eleitoral, já tinha o projeto de execução, e era para saber se o Senhor Presidente tinha intenção, ou se já diligenciou, no sentido de ter um contrato de delegação de competências para realizar o projeto; -----
----- Uma questão final que já era antiga, mas tinham de continuar a perguntar. Continuava a não ser remetido o relatório do grau de cumprimento do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas com a intervenção da ONG “*Transparência e Integridade*”, nem o relatório revisto do direito de oposição. A questão era saber quando seria. -----
----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Aquino de Noronha. -----
----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que tinha sido agradável ouvir o Senhor Presidente fazer uma exposição daquilo que estava previsto nos próximos tempos, para além da informação que deu sobre o que foi feito até 31 de agosto. -----
----- Folgava também em saber que, indo de encontro a uma sensação nos fregueses de falta de segurança, especialmente entre a população mais idosa, o facto de passarem a ter mais policiamento. Aliás, Alvalade tinha autoridade moral para reivindicar isso, porque no passado ajudou, indo para além das obrigações do Ministério da Administração Interna, na questão de obter equipamentos para patrulhar. -----
----- Tinha lido declarações do Senhor Presidente ao Jornal de Notícias sobre a questão do aeroporto e dos voos noturnos e estranhara que tivesse sabido dessa notícia através da Associação Zero e da comunicação social. Devia-se lembrar que este assunto, não só foi abordado na Assembleia de Freguesia noutras ocasiões, como na última Assembleia foi votada por unanimidade. Portanto, estranhara essa declaração. -----
----- Outra questão que não poderia deixar de abordar era, utilizando uma frase dita que “*quem não sente não é filho de boa gente*”. Isto ía a propósito da atribuição de uma medalha ao clube *Estrelas de São João de Brito* pela Junta de Freguesia. Não estava em causa o facto desse clube ter tido, e continuar a ter, um papel importante no desenvolvimento da prática desportiva na Freguesia, mas não podiam esquecer as afirmações injuriosas que alguns dos seus dirigentes, ainda atualmente a desempenhar funções, proferiram na Assembleia de Freguesia contra o Executivo da Junta em funções na altura e contra a própria instituição Freguesia de Alvalade, colocando em causa a sua honorabilidade e imparcialidade. As injúrias e insinuações foram feitas com grande destaque nos meios de comunicação social. -----
----- Como era sobejamente conhecido, o clube foi obrigado pela justiça a devolver à Junta verbas que recebera indevidamente e cujo pagamento o atual Executivo, embora não o perdoando, suavizou. Parecia que esse não seria o momento mais adequado para homenagear o clube, na pessoa do seu Presidente, pois nunca existiu um pedido público de desculpas pelos danos causados à Freguesia. -----
----- Desta forma estariam a legitimar, através da atribuição dessa medalha, a atuação de alguns dirigentes do clube contra a instituição Freguesia de Alvalade. -----
----- Para que não se dissesse que a CDU apenas se preocupava com a escola pública, como aconteceu na última sessão da Assembleia de Freguesia, a CDU abordava um problema enfrentado por um estabelecimento de ensino privado. -----



----- A informação escrita do Presidente, embora referisse o período até 31 de agosto, gostaria de aproveitar o momento para falar sobre uma questão e ouvir a posição da Junta. Falava concretamente do Colégio Eduardo Claparède, uma escola de ensino especial no Bairro de São Miguel e existente há sessenta anos. O colégio enfrentava uma grave crise financeira e corria o risco de encerrar brevemente. De acordo com carta enviada pelos pais das crianças e jovens que frequentavam o colégio, se não fossem tomadas medidas, estava prestes a iniciar um processo de insolvência, podendo encerrar portas em dezembro do presente ano. -----

----- A situação vivida nessa escola já foi notícia nos principais meios de comunicação social. O PCP, através do seu grupo parlamentar, endereçou uma pergunta ao Ministério da Educação. A questão também foi colocada em reunião da Câmara, tendo o Vereador respondido que estava em conversações com o Ministério e a acompanhar o assunto. Também na última reunião descentralizada de Marvila, que foi muito referida na última Assembleia, uma munícipe colocou esse problema. -----

----- O colégio acolhia oitenta alunos e nele trabalhavam profissionais dedicados, com equipas que ao longo dos anos ganharam experiência e deram resposta em casos muito difíceis. O eventual encerramento dessa escola poderia pôr em causa valências importantes para crianças com necessidades educativas específicas. -----

----- A CDU entendia competir à escola pública o acolhimento dessas crianças e jovens, garantindo a cada uma delas o apoio e acompanhamento diferenciado e específico, mas enquanto não houvesse uma resposta pública competia ao Governo apoiar essas crianças. -----

----- Sabia-se que a verba paga pelo Ministério da Educação por cada criança não era atualizada desde 2008 e não era comportável neste momento face às despesas. -----

----- O Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade estaria certamente a par dessa situação, mas perguntava o que já fez ou pensava fazer para evitar o encerramento do Colégio Claparède. -----

----- Os pais iriam fazer uma vigília junto à Assembleia da República no próximo dia 21, sexta-feira. Perguntou se a Junta estaria presente. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Filipe Moreno. -----

----- **Membro Filipe Moreno (CDS-PP)** disse que tiveram conhecimento por associações de pais que nalguns casos não havia assistentes operacionais para crianças com necessidades especiais e queria apenas questionar o Executivo em relação a isso. --

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Miguel Henriques. -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** começou por dar os parabéns ao Executivo pelo trabalho desenvolvido e plasmado na informação escrita e gostaria de salientar três aspetos: -----

----- Em primeiro lugar relativamente à higiene urbana. Reconhecia que existiam problemas a nível de higiene urbana e que eram transversais a toda a cidade. Faltavam recursos humanos, havia problemas com inúmeros meios de transporte, o que dificultava a recolha do lixo. Para colmatar esse problema, a Câmara Municipal avançou com um reforço de meios sem precedentes, distribuindo pelas Juntas de Freguesia uma verba de 18 milhões de euros, contratou 190 cantoneiros e motoristas, renovou a frota de viaturas. -----

----- Estava também em desenvolvimento um plano de ação por parte da CML e, apesar de tudo isso, o Executivo da Junta foi proativo e criou uma equipa de intervenção rápida, contratando quatro funcionários para o efeito para acorrer em casos de urgência,

fosse a nível de limpeza do espaço público, como também auxiliar em situações de urgência na recolha de monos nas ruas. -----

----- Para além disto, foi também criado um plano de reforço dos trabalhos e equipas em períodos de greves por parte de funcionários da CML e da Valorsul, de forma a que o exercício do direito à greve não prejudicasse a limpeza na Freguesia. -----

----- Dava também os parabéns à Vogal Cristiana Vieira, da higiene urbana, que se tinha empenhado - e fazia mais sentido do que nunca esta menção - no cumprimento da limpeza das sarjetas e sumidouros, trabalho que era visível. Na última Assembleia de Freguesia foi uma noite em que choveu muito em poucas horas, houve diversas ocorrências em todo o Concelho e Alvalade passou ao lado de toda essa estatística, o que se devia ao trabalho desenvolvido pela Vogal Cristiana Vieira. -----

----- Se por parte de algumas bancadas da Assembleia, por norma insistiam em avançar com críticas ao Executivo, também devia ser dado este elogio quando as coisas corriam bem. -----

----- Relativamente à segurança, saudar os esforços do Executivo e os contactos encetados para o aumento do reforço policial. Saudar a iniciativa de criar um canal direto, através do qual os fregueses podiam participar ocorrências à Junta de Freguesia, de forma a ter conhecimento de casos concretos e poder acompanhar e auxiliar os queixosos durante o processo junto das entidades competentes, e com base nesses dados poder tomar melhores decisões políticas. -----

----- Deixava a sugestão para que além desse correio eletrónico, que fosse também desenvolvida na aplicação "Bairro de Alvalade" a mesma funcionalidade, por forma a tornar essa comunicação também mais fácil. -----

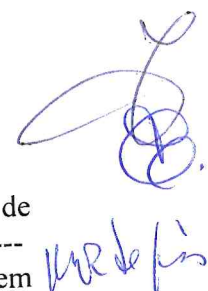
----- Relativamente à educação e à cultura, queria também dar os parabéns à Vogal Ana Rita Costenla, nomeadamente pela organização do Alvalade em Férias, do qual se foram recolhendo vários elogios junto de vários fregueses. Recebeu-se o *feed-back* que, neste ano, houve muito mais atividades, houve também mais inscrições e vontade de se voltarem a inscrever no próximo ano. -----


----- Queria também dar os parabéns pela realização do arraial de Alvalade, que neste ano teve lugar no campo de rãguebi do Clube de São Miguel. A realização nos anos anteriores levantou alguns celeumas devido à localização no INATEL, havia várias queixas relativamente ao ruído e esse problema acabou por ser minimizado. Isso era de louvar. -----

----- Deixava um reparo: na página 17 da informação escrita eram indicadas as despesas com esse arraial e seria útil saberem se a Junta de Freguesia, para além dessas despesas, se também teve receitas e, se sim, qual o montante. -----

----- Na página 27 da informação escrita eram mencionados trabalhos de manutenção e reparações no Mercado de Alvalade Norte e o que gostaria de saber era o ponto de situação. Havia alguns problemas com o telhado do mercado, na altura das chuvas acabou por haver uma situação mais desagradável e isso depois do mercado já ter sido alvo de reparações alegadamente profundas. O que queria saber era se existiam garantias que esse problema não iria voltar a repetir-se. -----

----- Dizia também a informação escrita que, a 20 de junho, houve uma reunião com o Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa para discutir o plano de acesso à saúde em Alvalade. O Senhor Presidente já aflorou essa questão na apresentação e o que tinha ficado sem perceber, e que gostaria de ver esclarecido, era se isso seria efetivamente uma iniciativa autónoma e um programa da Junta de Freguesia, ou se estava de alguma forma relacionado com o plano que no dia seguinte seria apresentado por Carlos Moedas, também relativamente ao acesso à saúde para todo o Município de Lisboa. -----





----- Na página 30, era mencionada uma reunião com os moradores da Rua Epifânio Dias sobre uma proposta a enviar à Câmara Municipal, com vista à resolução do problema de falta de acesso a pessoas com condições de mobilidade condicionada. Aquilo que gostaria de saber era, em primeiro lugar, qual o ponto de situação relativamente a esse assunto e, também, tentar perceber se essa era uma situação isolada ou se a Junta de Freguesia tinha conhecimento de outros focos em Alvalade, cujo acesso a pessoas com mobilidade reduzida estivesse condicionado.-----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que uma questão era sobre uma pergunta que foi enviada ao Executivo acerca da alteração dos tarifários. Parte disso já tinha sido discutido na sessão anterior, entretanto, foi afluído em vários aspetos. Saber se tinham conhecimento que essa alteração de tarifário se ia executar em agosto, se concordavam ou não, o que pretendiam fazer ou que diligências já tomaram. Isto, considerando que a mobilidade não era só estacionamento, não era só o uso de transporte individual, mas também a promoção dos transportes públicos e a garantia de diferentes modos de mobilidade e, sobretudo numa Freguesia como Alvalade, a salvaguarda da mobilidade das pessoas. -----

----- Um segundo ponto já tinha algum tempo e foi votado aqui favoravelmente, era a apresentação que a CDU tinha feito para que o escritor homenageado na próxima “Alvalade Capital da Leitura” fosse o José Saramago. Queria saber o que a Junta de Freguesia estava a fazer, uma vez que se iam aproximando da data e pelo que foi dito anteriormente, esse festival seria para manter. Portanto, saber o que a Junta estava a fazer, até para aproveitar o centenário do escritor. -----

----- Por último, a questão do canal de contacto, perceber se era um e-mail apenas ou se havia uma estrutura por trás. Se era apenas um e-mail, o e-mail geral da Junta já serviria. Queria perceber um pouco mais como isso estava organizado. -----

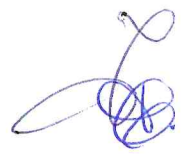
----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação às questões colocadas sobre o famoso Relatório, já tinha falado com os serviços e com os juristas. Para além da informação que os juristas deram, que havia uma alteração legislativa que implicava uma alteração da participação e do relatório, não tinha data. Aliás, se tivesse, em relação a 2021 também não o fizeram, foram-se embora e não fizeram. Não foi nos últimos dois meses que teriam de fazer. Portanto, até 31 de dezembro tinham tempo para o fazer, pelo menos foi a informação que recebeu e ele tinha que ser alterado, porque os pressupostos da legislação foram alterados, a seu tempo seria discutido. -----

----- Quanto às questões do ruído, era uma atitude diferente. Aceitavam as críticas, mudavam, não tinham nenhuma prepotência de terem sempre razão. Sabiam que o objetivo era promover o Dia Mundial da Música e podiam escudar-se nesse objetivo, sabiam que o objetivo era promover uma banda de Alvalade e podiam escudar-se nesse objetivo, mas tinham critérios e princípios, e como defendiam que os direitos das pessoas não deviam ser desrespeitados, havendo alternativas que não prejudicavam a atividade cultural e artística em Alvalade, mesmo podendo errar, iriam sempre procurar dar resposta e salvaguardar esses direitos.-----

----- Não faziam mais do que o seu dever e nem era motivo de agradecimento, era obrigação. -----

----- Sobre a Polícia Municipal, fizeram-se várias reuniões. Era verdade que no passado se deram apoios e também já o fizeram, porque infelizmente, nos termos da Lei, as autarquias não podiam apoiar, de forma financeira, as forças de segurança,



nomeadamente, a PSP. A única forma que tinham de colaborar para além da institucional, do estabelecer canais de informação direta, identificar problemas, e junto das autoridades competentes, nomeadamente o Ministério, juntar a voz aos pedidos de reforço de pessoal e de recursos.-----

----- Também se fez apoio à manutenção do edifício, nomeadamente nalguns problemas que havia nas águas e nas caldeiras.-----

----- Já se fez uma segunda reunião, em que estava prevista a realização de obras internas para melhorar as condições dos guardas, ainda por cima indo mais guardas e algumas do sexo feminino que requeriam maior espaço de utilização. A Junta iria colaborar na realização dessas obras, mas a polícia ficou de apresentar um projeto mais detalhado das necessidades a que procurariam dar resposta e ver a forma mais adequada para o fazer.-----

----- Quanto aos voos no aeroporto, a verdade era que tinha sido antes da reunião. Foi antes da Assembleia de Freguesia, logo quando o assunto foi discutido, no dia em que saiu a portaria e que a Associação Zero fez um comunicado, e bem, levantou questões. Os jornalistas questionaram logo. Era uma das Freguesias mais afetadas porque era o corredor utilizado para a aterragem dos aviões.-----

----- Não sabiam, não foram informados por ninguém. Tentara saber se a Câmara, que tinha também competências nesta matéria, se teria sido informada, telefonou ao gabinete do Senhor Presidente, que disse não terem sido contactados por ninguém e, portanto, não tiveram qualquer intervenção no processo. Foi um facto consumado e a justificação técnica que deram, não sabia ser era credível ou não.-----

----- Quando as coisas não eram feitas com transparência, nem com debate público, acontecia haver opiniões para todos os gostos e, das duas uma, ou seguiam aquela que lhes dava jeito e isso era pura manipulação, ou deveriam honestamente procurar mais conhecimento.-----

----- Não tiveram acesso a nada e foi isso que tinha dito, que só soube porque houve um comunicado da Zero e porque houve uma portaria publicada. Não houve comunicação oficial nenhuma sobre esta matéria. Existiu depois na Assembleia, uma moção, mas o jornalista interveio e questionou logo no dia em que foi notícia, perguntaram-lhe e teve de responder.-----

----- Quanto ao clube *Estrelas de São João de Brito*, aí tinham de ser claros. Acreditava em ideologias e defendia os princípios e as estratégias que elas integravam e sabia ser bom que elas fossem divergentes e muitas vezes opostas. Permitia optar e até melhorar a capacidade de análise crítica da sociedade e desenvolver projetos políticos, que era para isso que existiam quando mal ou bem, cabia aos outros julgar, abraçavam projetos políticos e juntavam à defesa de alguns ideais e deviam defendê-los.-----

----- Nesse sentido eram diferentes. Tinha um princípio muito básico, não era juiz de ninguém, nem se achava melhor do que os outros, por isso não ia fazer julgamentos de ninguém no passado. O que ia fazer, e era sua obrigação, seria, da forma mais objetiva possível, estabelecer critérios e compará-los, porque o poder político também era sempre sujeito a escrutínios e comparações, as opções resultavam de comparações.-----

----- Sabia-se que havia clubes, que não dizia os nomes porque não estavam ali em causa, apoiados pela Junta de Freguesia, que nem relatórios apresentavam, nem contas apresentavam e nunca deixaram de ser apoiados por causa disso. Podia dar os documentos, mas não gostava de fazer julgamentos públicos de ninguém.-----

----- O que verificava em relação ao *Estrelas São João de Brito* era que se tratava de uma entidade e uma instituição reconhecida pelos cidadãos e por isso merecia a atenção dos representantes políticos. A atuação era sempre suscetível de crítica, mas era um



dever que tinham, avaliar as instituições que mereciam a atenção e a preocupação e o interesse dos cidadãos. -----

----- O que se sabia era que o *Estrelas de São João de Brito* prestava um serviço público de acesso ao desporto dos cidadãos de Alvalade, garantindo o acesso a várias modalidades. Tinha atualmente cerca de 900 atletas ou participantes, desenvolvia atividades, desde a mais tenra idade, em várias modalidades.-----

----- No mandato anterior houve conflitos, não era nada a que pudesse atender, porque se os critérios foram esses, comparando com outras instituições, também deviam ter sido aplicados a outros. Não parecia que essa manutenção de conflitos fosse útil à sociedade e que provesse algum bem-estar e alguma qualidade de vida aos alvaladenses. O que parecia era que deviam, antes pelo contrário, ter uma relação mais objetiva e o menos emocional possível- -----

----- Tinha aprendido na faculdade e até antes, que na política o domínio que devia prevalecer era o da razão e nunca o da emoção, e era nesse sentido que iam atuar. Objetivamente, o *Estrelas de São João de Brito* devia ser reconhecido pelo trabalho que promovia em prol do bem público de acesso ao desporto. Seriam criticados, uns gostariam e outros não, mas assumiam politicamente essa convicção e esse fundamento nos apoios que faziam a todas as instituições, ao *Estrelas de São João de Brito* e a outros, por mais atacados que pudessem ser, e de forma subjetiva, criticados. Era normal em democracia.-----

----- Assumiam integralmente as responsabilidades e iriam apoiar. Alguma coisa teria de mudar ou então ficavam todos na mesma e não valia a pena haver eleições. -----

----- O Colégio Eduardo Claparède era uma preocupação, mas não era da competência, nem tinham capacidade para decidir o futuro ou a manutenção do colégio. As questões levantadas eram muito pertinentes e era o que faltava que a Junta de Freguesia não estivesse atenta e solidária com essas questões, ainda por cima estando em causa situações de crianças com necessidades especiais. Deixava à Senhora Vogal para responder com maior detalhe, estava a acompanhar esse processo e podia já adiantar que asseguraria a presença da Junta de Freguesia nessa manifestação. -----

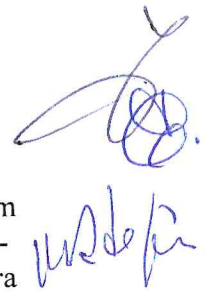
----- Quanto à higiene urbana só podia adiantar que fizeram reuniões. Havia uma coisa que partilhavam todos, da esquerda à direita, que era a dificuldade de algumas funções de interesse público. Da forma como a sociedade se organizou e as práticas sociais, para o mal e para o bem, sabiam que não era uma atividade muito bem reconhecida, nem bem remunerada, mas satisfazia uma necessidade essencial dos meios urbanos e, portanto, tendo consciência que era uma profissão difícil e não muito prestigiada, nem bem remunerada, seria demagogia só dizer isso, não tinham capacidade para fazer mais e melhor, dentro do possível procuravam responder às necessidades dessas pessoas.-----

----- Por exemplo, já vinha do passado e não foi feito, fez-se agora, garantiu-se a aplicação retroativa dos subsídios de insalubridade, mas foram mais além que essas profissões. Iriam incluir também os encarregados nesse aumento do subsídio de insalubridade, porque conseguiam ter capacidade para dar resposta. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que lhe parecia que a CML iria aumentar o subsídio só aos assistentes, a Junta faria aos assistentes e aos encarregados, porque conseguiam assegurar e porque reconheciam. Não valia a pena fazer discursos, era reconhecer, e dentro do possível tornar práticas as convicções e dar resultado a essas convicções. Era uma pequena ajuda, mas eles eram credores desse direito e nesse sentido iriam respeitar.

----- Quanto às perguntas da CDU, já tinha respondido e não sabia porque ainda não chegaram. Estavam lá as respostas todas, nomeadamente em relação às tarifas, naquilo



que eram as competências, tinham algumas diferenças, naquilo que não tinham competências, paciência, não podiam fazer nada.-----

----- Sobre o escritor homenageado, teriam uma reunião da programação da cultura precisamente para incluir todas as atividades e nomeadamente essa, mas tinha sido homenageado no dia anterior na Assembleia Municipal com a passagem do filme “José e Pilar”. Iria ver o que se fazia, não iam repetir isso, não faria sentido. Seria feito com pessoas do pelouro da cultura e ligadas aos problemas da literatura e da Biblioteca Chaves Caminha.-----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Vogal Tomás Gonçalves.-----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que relativamente ao motivo pelo qual a Câmara não interveio em construções irregulares, aquando da intervenção no terreno municipal, entre a Rua Branca Gonta Colaço e a Rua Fernando Caldeira, devia-se ao simples facto de ser uma empreitada urgente da Câmara Municipal, em que o objetivo principal foi o de estabilizar o talude e os muros de suporte do mesmo. Estavam em risco de ruir e isso podia colocar a integridade física dos cidadãos em risco de sofrer danos.-----

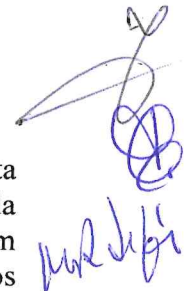
----- Essa intervenção foi sinalizada, não só pela Junta de Freguesia, mas também por alguns moradores. Não estava no âmbito dessa empreitada qualquer regularização de construções ilegais e, portanto, foi dada prioridade pela Câmara Municipal de Lisboa à segurança dos cidadãos em detrimento de questões urbanísticas, que não estavam no âmbito da empreitada, não podia agir de outra forma. Foi dada essa prioridade à segurança.-----

----- Essa intervenção também poderia ter sido feita nas intervenções de regularização das construções ilegais que foi feita pelo passado Executivo em alguns logradouros perto da zona, também não foi realizada, mas a justificação era essa que estava a dar, e também estava na informação escrita do Presidente.-----

----- Quanto à Dom Rodrigo da Cunha, essa situação de acalmia do trânsito também já foi sinalizada à DMM e era um complemento àquilo que o Presidente disse na sua intervenção. Era uma preocupação levantada já por alguns moradores da zona. Esses mitigadores de velocidade já foram instalados no passado e foram retirados quando da realização do Rock in Rio. Já se solicitou à DMM a colocação desses inibidores de velocidade, não tinha conhecimento de qualquer estudo prévio para a realização desse projeto na Dom Rodrigo da Cunha, mas já foi sinalizada essa via à DMM, como sendo uma via prioritária para a intervenção nesse sentido.-----

----- Relativamente ao Mercado de Alvalade, todas as intervenções que foram realizadas neste ano estavam descritas na informação escrita, não só descritas como quantificadas. Esperava-se que a intervenção realizada no início do ano na caleira central do Mercado de Alvalade pudesse colmatar qualquer situação menos agradável, de chover dentro do mercado. Essa intervenção teve um custo de cerca de 10 mil euros e foi, não só a reparação da caleira central, mas também a abertura de duas saídas de emergência na cobertura, nas pontas do mercado, para sinalizar alguma situação quando a caleira estivesse a encher com mais pluviosidade.-----

----- No início de setembro, realizou-se a limpeza anual das coberturas, que era normal nessa época do ano, não só no Mercado de Alvalade, como nos equipamentos da Junta de Freguesia e escolas. Esperava que uma situação como a que aconteceu no passado não se voltasse a repetir e nos dias de chuva mais intensas não houve qualquer registo de situação mais anómala, o que demonstrava que a intervenção realizada no início do ano estava a surtir efeito, esperando que assim se mantivesse.-----



----- Relativamente à Rua Epifânio Dias, tratava-se de uma situação particular. A Junta de Freguesia tinha recebido alguns pedidos de acesso aos prédios ali da zona, da Estados Unidos da América, que tinham algumas acessibilidades difíceis, sem acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Tinham estado no local com os gestores do condomínio e com as pessoas que viviam no prédio para tentar arranjar uma solução. -----

----- Foi a equipa da Junta, nomeadamente os arquitetos, que realizaram a proposta de colocação de uma rampa para a senhora que não conseguia sair de casa, porque estava em cadeira de rodas. Fez-se esse estudo prévio, enviou-se para a Unidade de Intervenção Territorial Centro, Câmara Municipal, porque a Junta de Freguesia não tinha capacidade de mão de obra, nem financeira, para realizar essa intervenção. Estava-se à espera de a qualquer momento a UIT ter capacidade em alguma das empreitadas abertas para realizar essa intervenção. -----

----- Outros pedidos tinham sido realizados. Sempre que possível reenaminhavam-se para a Câmara Municipal, e a Junta de Freguesia, sempre que era possível enquadrar na empreitada do espaço público coisas de menor dimensão, tentava realizar essas intervenções. -----

----- Relativamente à alteração tarifária que se realizou no território de Alvalade, sem desprimo de enviar a resposta por escrito, e que iriam fazer, queria dar algumas notas que pareciam importantes. -----

----- Essa alteração do tarifário resultava da alteração do Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública, realizada em 2020, foi aprovada em reunião de Câmara pelo anterior Executivo e em Assembleia Municipal. Todas as Juntas de Freguesia foram ouvidas, não sabia se o Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade, do qual a CDU fazia parte, se pronunciou sobre essas alterações do tarifário. -----

----- A EMEL, no princípio de janeiro de 2021, deu início a essas alterações tarifárias, que aconteceram em toda a Cidade de Lisboa. A Freguesia de Alvalade ficou para uma das últimas onde seria implantado esse tarifário, na altura do verão houve algum interregno, que imaginava por razões eleitorais, e só chegou à Freguesia de Alvalade no verão de 2022. -----

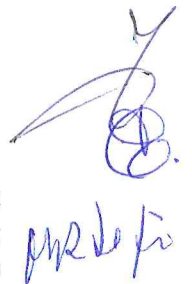
----- Foram informados pela EMEL em junho ou julho de 2021, se a memória não falhava. Partilharam um infomail que iriam enviar a todos os moradores, tinha recebido em casa no mês de setembro e pelo menos era intenção da EMEL enviar para todas as moradas do território de Alvalade. -----

----- Essas alterações tarifárias não prejudicavam os moradores de Alvalade, porque quem tivesse dístico podia estacionar e até havia mais rotatividade para as pessoas de fora, que estavam a visitar o comércio local. Foi uma medida implementada no mandato anterior, em que a Junta de Freguesia, de que a CDU fazia parte do Executivo, teve oportunidade de se pronunciar. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Vogal Ana Rita Costenla. -----

----- **A Vogal Ana Rita Costenla**, relativamente ao Colégio Eduardo Claparède, disse que teve oportunidade de falar com a administração e eles esperavam mesmo que o Governo tomasse uma posição para o colégio não encerrar, porque em causa não estava só esse colégio, havia outras instituições. Pensava ser, era suposto a escola ser, inclusiva para todos, e essas crianças serem incluídas nas escolas com ensino regular, embora com currículo adaptado, o que não parecia de todo o mais aconselhável, porque muitas dessas crianças nem em casa podiam permanecer. Precisavam de cuidados especiais. Era um assunto complicado, que por vezes a revoltava um pouco. -----

----- O Executivo iria estar presente na vigília através da sua pessoa. -----



----- Relativamente às questões das assistentes operacionais, a Junta de Freguesia cumpria o ratio normal de assistentes operacionais no jardim de infância. Havia uma por sala e em todas as salas do jardim de infância. O problema começava a existir nas salas que tinham crianças com necessidades especiais e tinha-se empenhado muito, pessoalmente, no sentido dos processos terem sido feitos muito atempadamente, terem ido para a DGEST atempadamente, serem vistos e dado deferimento aos processos. Muitas vezes era pedido aos pedopsiquiatras e aos neurologistas, tanto de Santa Maria como da Estefânia. -----

----- Tinha acompanhado o caso e fizera questão que os processos estivessem prontos e fossem enviados para o Ministério no início de setembro. Lá continuavam, o Ministério não dava resposta, nem sim, nem não, nem talvez, se iam ter ou não iam ter. As escolas estavam numa situação muito complicada, apesar de terem redução do número de crianças em algumas salas, por vezes faltava a educadora por qualquer motivo, e a assistente operacional não tinha capacidade para andar a correr atrás desses meninos com necessidades especiais. -----

----- Havia uma escola em particular na Freguesia, que tinha seis crianças, três delas em cadeira de rodas, duas delas com sonda para alimentação, uma delas com traqueotomia e com oxigénio, que precisavam urgentemente de pessoas ao lado a tratar constantemente delas. Não havia resposta por parte do Ministério da Educação, nem do Secretário de Estado, nem de ninguém da parte do Governo, apesar de todos os esforços que tinham sido feitos para encontrar uma solução nesse sentido. -----

----- Continuava-se à espera, tinham feito pressão e estava-se à espera de que alguém se decidisse a dar resposta. Isto não era só em Alvalade, era na cidade inteira. Portanto, apelava a alguém que conhecesse o Ministro pessoalmente que também ajudasse nesse assunto. -----

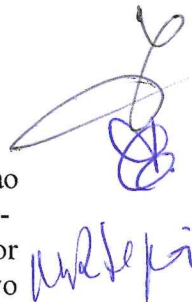
----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Vogal Helder dos Santos. -----

----- **Vogal do Executivo Helder dos Santos** disse que o canal de comunicação que estava estabelecido era monitorizado por si pessoalmente e pelo resto da equipa da ação social. A motivação que o levou a criar servia três propósitos. O primeiro prendia-se mais com uma questão sociológica, as pessoas sentiam-se mais à vontade a reportar problemas de insegurança a um e-mail da Junta de Freguesia do que a um e-mail diretamente da polícia, porque sabiam que não lhes garantia a confidencialidade. -----

----- Mesmo por questões jurídicas, uma queixa tinha de ter um queixoso e as pessoas em certos ambientes sentiam insegurança, não queriam aparecer como queixosos e preferiam um canal de comunicação com a Junta de Freguesia, porque sabiam que assim ficava reservada a sua identidade. -----

----- O segundo motivo tinha que ver com as ações de sensibilização que o grupo de segurança da comissão social de Freguesia promovia todas as semanas junto das várias comunidades. O facto de saberem os problemas em concreto reportados pelos alvaladenses permitia serem mais eficazes quando montavam essas sessões de sensibilização. -----

----- O terceiro motivo tinha que ver com aquilo que o Presidente já explicou na sua informação escrita. Havia planos para implementar guardas-noturnos e sistemas de vídeo-segurança, tanto uma coisa como outra tinham de ser feita com base em dados credíveis e os dados mais realistas seriam aqueles que chegavam reportados. Para além daqueles que eram estatisticamente relevantes e que conseguiam obter através do Ministério da Administração Interna, o report dos fregueses era um dado fundamental quando tivessem depois de decidir sobre a localização desses sistemas e as rondas dos guardas-noturnos. -----



----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)**, intervindo para defesa da honra, disse que o Senhor Presidente poderia consultar a proposta 15/2021 de 18 de janeiro, onde o Executivo anterior aprovou a atribuição do subsídio de insalubridade, nos termos legais à altura, e logo que foi possível, com a entrada em vigor do Orçamento de Estado desse ano.-----

----- Não podiam permitir que fosse posto em causa o investimento feito pelo anterior Executivo em recursos humanos, nomeadamente na higiene urbana, um serviço onde os trabalhadores trabalhavam trinta horas por semana graças à organização por turnos e com horário reduzido. Esperava que assim se mantivesse, pelo menos não tinha notícia que fosse feito de forma diferente. -----

----- Foi também esse anterior Executivo que estabeleceu a organização dos turnos e não compreendia porque o Senhor Presidente falou em três e quatro turnos para aumento do tempo de trabalho, mas os recursos continuariam a ser os mesmos. Não percebia como seriam depois distribuídos, porque os recursos eram exatamente os mesmos. Era estranho conseguirem aumentar a capacidade de trabalho... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** comentou que isso já não era muito defesa da honra.-----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que foi posto em causa o investimento que o Executivo anterior fez nos recursos humanos do serviço de higiene urbana. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** comentou que se chamava a isso política. ---

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que queria só acrescentar que essa reorganização permitiu um aumento de 15% no aumento do vencimento dos trabalhadores da higiene urbana.-----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o aumento do subsídio de salubridade foi pago com retroativos a 2021, porque os sindicatos informaram, e a Junta constatou, que estavam em falta 2021 e 2022. -----

----- Quanto aos recursos humanos, dizia na informação escrita que reforçaram quatro trabalhadores permanentes, não eram precários, e mais não era possível porque chumbaram a alteração do quadro, que também o previa. -----

----- Herdaram-se 42 trabalhadores, e vinte e tal com capacidade reduzida. Era uma herança que tinham de respeitar, mas não era aquilo que diziam. Se fosse tudo muito perfeito e adequado não percebia como a Câmara precisava de 18 milhões de euros de investimento novo nessa matéria e de recrutar mais 190 pessoas. -----

----- Para além de terem, com o acordo dos sindicatos, conseguido aumentar o número de turnos. Se seria milagre não sabia, mas foi possível, havia três turnos e passou a haver quatro, com uma resposta mais eficaz. -----

----- Criaram-se ainda as chamadas equipas de intervenção rápida. Podiam não gostar, mas eram os factos e estavam documentados, e não faziam mais porque não tinham recursos humanos, porque a intenção e o objetivo era fazer mais.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se calhar depois combinariam uma aula de formação sobre formas de intervenção em Assembleia. Claramente a defesa da honra não era ali entendida como tal. Deu por encerrado este Ponto da Ordem do Dia, passando ao seguinte.-----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 130/2022, relativa à celebração de um Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, com vista à manutenção e regeneração de espaços verdes e áreas expectantes na área geográfica da Freguesia;**-----



----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta estava clara, aplicava-se a todas as Freguesias, aliás tinha a documentação toda de forma clara. Foi aprovado pelos órgãos competentes, nomeadamente a Assembleia Municipal. O relatório específico em relação a Alvalade também estava junto. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Memebro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que era a renovação de um contrato de delegação de competências que já vinha do mandato anterior e não queria parecer insistente em questões de gestão, mas continuava a parecer estranho como se dividia as mesmas pessoas por mais turnos e como isso daria mais força de trabalho. -----

----- Nesse contrato, sendo o valor igual, não foi corrigida a razão da inflação nem a razão do aumento do salário mínimo nacional, que normalmente era pago às pessoas que exerciam esse tipo de funções. Isso preocupava-o de alguma forma. Era financiamento da CML e, se não houvesse dinheiro para pagar posteriormente, queria saber o que faria o Senhor Presidente, ou se depois também ia dizer que não havia dinheiro. Se calhar era melhor perguntar a quem tinha de financiar a razão do dinheiro não ir, para ter dinheiro e aumentar recursos na higiene urbana por exemplo. -----

----- De qualquer forma, o PS aprovaria esse ponto. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Memebro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que a questão da ideologia da defesa era importante e nunca abdicariam dela. A posição de sempre tinha sido contra a delegação de competências no âmbito dos espaços verdes e defendia que devia ser da alçada do Município, por se tratar de uma questão concelhia, estruturante e de carácter permanente. -----

----- No entanto, os espaços identificados eram no essencial as áreas expectantes, cuja manutenção era menos regular e de menor especialidade, pelo que não se opunham à sua delegação. -----

----- Contudo, como sempre tinham manifestado, eram favoráveis a uma progressiva e gradual responsabilização por parte da Junta de Freguesia, pela manutenção dos espaços verdes e do arvoredo através de meios próprios. Essa delegação de competências implicava o aumento do volume de serviços externalizados pela Junta de Freguesia, que não só não assegurava a qualidade do serviço prestado, como acentuava a precarização das relações laborais. -----

----- Por tudo isso a CDU iria abster-se. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que era um novo contrato de delegação de competências, que já tinha sido celebrado no passado, mas não se tratava de uma adenda ou uma prorrogação, era um novo contrato. -----

----- O valor era muito próximo daquele que foi transferido no passado, começou a ser desenhado no início do ano e a inflação não estava nesses valores. Num próximo iriam reivindicar esse aumento, mas não seria adequado, quando o CDC foi proposto pela Câmara, mandá-lo para trás, com todo um processo burocrático moroso e que punha em causa a parte de manutenção e de transferência de verba. -----

----- A alteração deste CDC em relação ao anterior, foi a inclusão de três novos espaços que não estavam nesse CDC anterior, e era por isso que o valor aumentava, a Avenida

Rio de Janeiro e o separador central com a Estados Unidos da América, uma área de 75 metros quadrados e que não era muito relevante, num acréscimo de 117 euros anual. ----
---- O espaço envolvente ao Campo Grande e na parte de baixo do Clube Recreativo dos Coruchéus, uma área ajardinada com cerca de 1500 metros quadrados, a que acrescia um valor de 700 euros e os canteiros da Avenida do Rio de Janeiro junto à Avenida do Brasil, mais 26 metros quadrados, num valor de cerca de 41 euros.-----
---- Era uma área de manutenção que passava para a responsabilidade da Junta de Freguesia em cerca de 1800 metros quadrados, num valor total de cerca de 900 euros ao ano.-----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 130/2022, relativa à celebração de um Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, com vista à manutenção e regeneração de espaços verdes e áreas expectantes na área geográfica da Freguesia**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 16 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, IL, Chega e MMA) e 3 abstenções (CDU e BE).-----

---- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 187/2022, relativa a uma adenda ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares, designadamente no respeitante à resposta de apoio alimentar, excecional e de transição;**-----

---- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta.-----

---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que estava devidamente documentado e justificado. Resultava da necessidade de continuar a assegurar uma resposta ao apoio alimentar excecional e era aplicável a todas as Freguesias de Lisboa, tendo sido devidamente discutido e aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal.-----

---- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Aquino de Noronha.-----

---- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que no âmbito dessas medidas aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa, de combate à inflação, foi aprovada uma proposta dos Vereadores do PCP para alteração à fórmula de apuramento das famílias elegíveis para esse programa, da alteração das condições de acesso ao fundo de emergência social e nomeadamente o FES – Famílias, alargando as condições de acesso aos beneficiários do apoio que tivessem rendimento mensal per capita superior a 70% da remuneração mínima mensal garantida e possibilitando que fosse considerada a dedução de 30%, ao invés dos atuais 20%, por cada elemento do agregado.-----

---- Essa medida alargava o número de beneficiários desse apoio, passando a incluir famílias que até ao momento não estavam abrangidas.-----

---- Iriam votar a favor.-----

---- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Mário Branco.-----

---- **Membro Mário Branco (PS)** sublinhou que esse programa de apoio já vinha do mandato anterior e o PS tinha que acompanhar, votando favoravelmente as alterações que estavam propostas. Sobretudo, no momento em que estavam, seria essencial para apoiar as famílias de Alvalade.-----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 187/2022, relativa a uma adenda ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa –**



vertente de apoio a agregados familiares, designadamente no respeitante à resposta de apoio alimentar, excecional e de transição, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 145/2022, relativa a um Protocolo com a Fundação Cidade de Lisboa;** -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era clara a justificação. Ia na linha da estratégia da Junta de Freguesia, que assumiu no Plano de Atividades reforçar a colaboração com as instituições que prosseguiam fins de interesse público. Nesse caso com a Fundação Cidade de Lisboa, que estava sediada no Campo Grande. -----

----- Não só iam realizar iniciativas conjuntas, que algumas já estavam a ser desenhadas e previstas, mas só podiam ser realizadas no próximo ano, a maioria delas, porque não estavam previstas no Plano de Atividades, nem no Orçamento deste ano. Estavam a ser programadas para o próximo ano, no domínio das artes, da arquitetura e também nos domínios do apoio aos estudantes, em particular aos estudantes imigrantes. A Fundação Cidade de Lisboa desenvolvia projetos direcionados para os estudantes de Língua Portuguesa e era também nesse contexto que a Junta de Freguesia pretendia colaborar. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 145/2022, relativa a um Protocolo com a Fundação Cidade de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 161/2022, relativa a um Protocolo de Colaboração com a Associação 3 C's – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa;** -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que o 3 C's era porque tinha a ver com uma associação de cegos, foram os próprios que escolheram. -----

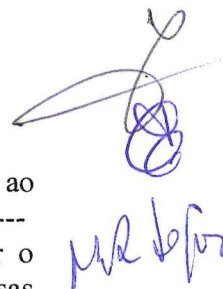
----- Este protocolo também ia na linha da estratégia assumida pela Junta de Freguesia, de regularizar e reforçar a colaboração com as instituições que prestavam serviço público de interesse para a comunidade. Parecia evidente que essa instituição devia ser apoiada. A maioria dos apoios aí previstos eram matérias de facilidade de funcionamento, não era algo muito oneroso e justificava-se que a Junta de Freguesia assegurasse as condições mínimas a essas instituições, que até gostaria que pudesse ser mais.-----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que este protocolo visava a utilização do centro cívico, sublinhando uma vez mais o exemplo de sucesso na utilização que lhe foi dado para apoio às instituições da Freguesia. Para o PS era sempre importante notar que continuava a ser uma homenagem ao Edmundo Pedro, que ainda em vida conseguiu inaugurar-lo pessoalmente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 161/2022, relativa a um Protocolo de Colaboração com a Associação 3 C's – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 164/2022, relativa a um Protocolo de Colaboração com a Associação Coro Audite Nova de Lisboa;**-----



----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era mais uma forma de traduzir o compromisso dos objetivos que a Junta de Freguesia assumiu, de apoiar essas instituições que promoviam atividades de interesse público. Neste caso era uma associação cultural com um currículo que falava por si e que iria permitir estabelecer relações de cooperação e parceria que permitiam aumentar a oferta cultural e artística a realizar em Alvalade. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que era muito estranho neste protocolo, e de certa forma batia naquilo que o Senhor Presidente da Junta falou sobre a razão e emoção. Deduzia que isto fosse por emoção, porque ao celebrar um protocolo em detrimento do RAAFA que estava em vigor, a que não foram apontadas falhas de maior, tinha critérios bem definidos e permitia que os apoios não fossem casuísticos e discricionários. Estranhava que fosse feito desta forma, existindo um regulamento que regulava isto mesmo. -----

----- O objetivo máximo de todos seria saber como eram dados os apoios e de forma equitativa, e essa questão também servia para outros protocolos. Não devia ser feito assim, o RAAFA existia e devia ter sido seguido, se não havia tempo, era esperar mais um pouco e fazer segundo os processos. -----

----- Aproveitava para endereçar um pedido à Junta de Freguesia, para que pudessem facultar à Assembleia a lista de pedidos que já tinham sido realizados e que não foram aprovados, para poderem ter uma noção do que tinha sido pedido e pudesse ter sido recusado. -----

----- Votariam a favor, mas esperando que não voltasse a acontecer esta fuga ao RAAFA, porque seguidamente não poderiam acompanhar nos restantes votos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se não haveria uma questão entre o número 2 da cláusula 5ª e a cláusula 6ª. Eram um pouco estranhas, mas só pormenores formais. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, quanto ao RAAFA, não eram muito dogmáticos nessa matéria. Aliás, havia Leis que se sobrepunham a regulamentos, muito melhores do que o RAAFA. Era uma opinião e não viviam de opiniões, entendia que devia ser alterado. -----

----- Felizmente ou infelizmente, tratava-se de uma matéria em que era obrigado a saber algumas coisas e até achava um pouco anacrónico esse regulamento, mas era o que havia. Isto era uma opinião, mas depois havia uma Lei a prever que as Freguesias tinham determinadas competências. -----

----- Não era um pedido de apoio. Havia um estabelecimento de parceria em que existiam relações, não era um mero apoio atribuído a uma associação, para desenvolver projetos em conjunto. -----

----- Quanto aos 3 C's, que suscitou alguma ironia, não havia em lado nenhum, porque era novo e de Alvalade. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 164/2022, relativa a um Protocolo de Colaboração com a Associação Coro Audite Nova de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----



----- **Ponto 7 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 167/2022, relativa a um Protocolo com a Associação de Radioamadores da Região de Lisboa;** -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Vogal Helder dos Santos. -----

----- **Vogal do Executivo Helder dos Santos** disse que o enquadramento jurídico deste protocolo estava na proposta. Era com uma associação que geria e construía uma rede de comunicações em Lisboa, ficava no âmbito da unidade local de proteção civil. A Junta de Freguesia também tinha responsabilidades dentro da proteção civil. Assegurava as comunicações de emergência e, para além disso, estava como obrigação já protocolada dar formação aos membros da unidade local de proteção civil, três formações por ano e também colaborar com a equipa da educação em atividades, como o Alvalade em Férias. -----

----- Essa associação disponibilizava-se a criar atividades, como já tiveram a experiência mesmo antes de haver o protocolo, mas queriam pôr essas atividades todas dentro do âmbito de um protocolo validado pelos serviços jurídicos e que esperava fosse também aprovado na Assembleia. -----

----- A contrapartida que a associação dava era o acompanhamento das atividades com as crianças do Alvalade em Férias e algumas atividades com séniores, se bem que os séniores tinham menos gosto por essas brincadeiras, rally paper e coisas assim que eles faziam. -----

----- Num âmbito mais sério, servia de salvaguarda, garantindo as comunicações de emergência no caso de haver uma catástrofe, que todos esperavam que não houvesse, mas tinham de estar preparados para ela. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que o protocolo, pelo que conseguia perceber, referia a necessidade de algum investimento na aquisição e manutenção dos equipamentos que seriam usados, mas não se conseguia encontrar o valor desse investimento. O valor estava subjacente à aprovação dessa proposta, além dos 700 euros anuais de apoio ao grupo. Era essa a questão, qual o valor do investimento. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Vogal Helder dos Santos. -----

----- **Vogal do Executivo Helder dos Santos** disse que o investimento era conexo com o protocolo, mas não dependia dele. -----

----- A associação não era da Freguesia, mas abrangia toda a região de Lisboa, era da Freguesia do Areeiro, uma Freguesia vizinha. -----

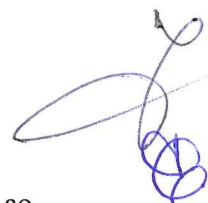
----- O investimento em equipamento de comunicações seria feito no âmbito do Plano de Atividades para o mandato e quando estivesse orçamentado iria à Assembleia na discussão do Orçamento. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que segundo estava a perceber, a associação não era de Alvalade, para dar assistência à Cidade de Lisboa, equipamento financiado pela Freguesia de Alvalade. -----

----- Ao contrário do que estava a ser referido anteriormente, era uma obrigação da Junta de Freguesia, que o protocolo estabelecia. Ao aprovar esse protocolo estavam a aprovar as obrigações que estavam redigidas, tanto por parte do grupo de radioamadores, como por parte da Junta de Freguesia. -----

----- O PS não tinha nada contra e iria votar a favor, o que estava a solicitar era um esclarecimento total das condições de desenvolvimento do protocolo. -----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'p. de f. c.'.

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que Alvalade não era uma ilha isolada, fazia parte de uma capital europeia e entendeu, assumia politicamente esse entendimento, que os serviços prestados em potência à comunidade de Alvalade eram muito úteis e necessários em questões de emergência. Com esse objetivo, fundamento e razão, decidiu-se apoiar a proposta do Senhor Vogal responsável pelas questões de segurança e apresentar à Assembleia de Freguesia. -----

----- Além disso, havia uma Lei que permitia fundamentar legalmente todas as aquisições de bens e serviços e nesse contexto a Junta de Freguesia podia entender, depois podia ser criticada ou não, nos termos da Lei, comprar esses equipamentos. -----

----- O protocolo visava instituir uma relação de cooperação em prol da comunidade de Alvalade, que ficasse regularizada, porque prestava um serviço público. Até podia ser do Porto ou Madrid, mas por acaso era de Lisboa, o que interessava era que prestava serviço público de interesse à comunidade e que podia ser útil em questões de emergência. Foi essa a única razão que fundamentou a proposta da Junta de Freguesia. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 167/2022, relativa a um Protocolo de Colaboração com a Associação de Radioamadores da Região de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 188/2022, visando a ratificação da aprovação da minuta da Segunda Adenda ao Contrato Programa nº 9/JFA/2016 – Clube de Rugby São Miguel – Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito;** -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta merecia algum enquadramento, porque tinha suscitado opiniões, que visavam, objetivamente e de forma comprovada e documental, manipular os cidadãos, desinformar, de certa forma até assumindo práticas pouco éticas e que não correspondiam à verdade, que qualquer agente político devia recusar. -----

----- Recordou que este projeto do Complexo Desportivo de São João de Brito, encabeçado e assumido pelo *Clube de Rugby São Miguel*, resultava da aprovação da vontade dos cidadãos no orçamento participativo e que já vinha do mandato anterior, que foi cumprido e era um projeto dirigido a um património propriedade da CML. Seria sempre património público. -----

----- Estava localizado num terreno que, nos termos da Lei, só podia ser afeto a atividades desportivas. -----

----- Dissessem as pessoas o que quisessem, mentindo, enganando, manipulando, ou revelando ignorância, e isso não podia ser fundamento de nenhuma decisão política. Como era um terreno obrigatoriamente ocupado por atividades destinadas ao desporto, foi celebrado no passado um CDC e realizado um conjunto de investimentos, que resultavam naquilo que os cidadãos podiam constatar, mas continuava a ter um espaço envolvente que justificava a melhoria e o aumento da oferta. -----

----- Do ponto de vista dos “Novos Tempos”, parecia que para além do financiamento público importava também criar condições para que as instituições privadas, porque eram outorgantes de alguma delegação de competências para prosseguir atividades públicas ou de algumas concessões, o Estado podia e devia promover formas de gestão que permitissem uma maior autonomia e menor dependência dos dinheiros públicos. Os projetos deviam ser vistos com essa racionalidade. -----



----- Do ponto de vista político era entendimento que a alteração dos titulares dos órgãos das entidades públicas decorrente da escolha da maioria dos cidadãos eleitores não fundamentava e nem sempre pressupunha, em nome do interesse público e dos princípios da boa gestão da coisa pública e do interesse pelos direitos e interesses legítimos dos cidadãos, que os novos titulares, só porque representavam partidos ou forças políticas diferentes, procedessem a alterações arbitrárias ou conjunturais das estratégias e dos projetos desenvolvidos em mandatos anteriores. Outros faziam isso, mas ali não. -----

----- Nesse sentido, o atual órgão executivo da Freguesia de Alvalade, em virtude dos compromissos assumidos pela autarquia com terceiros, nomeadamente com o *Clube de Rugby São Miguel*, tendo em atenção que a realização do projeto se referia à concretização de uma proposta vencedora de uma edição do orçamento participativo e, nesse contexto, financiada pela CML através de um CDC, decidiu manter e aprofundar os investimentos e a realização de projetos que estavam em curso e que permitiam a viabilização e melhoria das condições de acesso e de oferta às atividades de desporto e de inclusão social em Alvalade. -----

----- Para além disso, existiam relatórios publicados, e o Senhor Vogal do desporto já disse que ia promover isso, que não era prática anterior, publicar os relatórios no site da Junta de Freguesia. Aí podia-se verificar, ao contrário de outros que no passado nem sempre respeitaram essas regras, que o *Clube de Rugby São Miguel* sempre respeitou. Apresentou os relatórios, que atestavam e confirmavam o cumprimento de todas as obrigações legais, do aumento do número de participantes e de todas as atividades previstas e programadas, comprovadas documentalmente. Não eram meras opiniões. ----

----- Visava-se aumentar a oferta desportiva, criar outras atividades, criar inclusive apoios no domínio da medicina desportiva e de outras instituições públicas. Por isso, justificava que este investimento tivesse depois sustentabilidade, para não ficar sempre dependente dos apoios da Câmara ou do Estado, ou daquilo que vulgarmente se dizia subsídios, uma palavra que não lhe era muito cara, mas dos apoios financeiros atribuídos sem necessidade de retorno, a não ser o cumprimento das obrigações dos contratos. -----

----- O mesmo que faziam para o *Clube de Rugby São Miguel* era para a Junta de Freguesia obrigação perante os outros. Existiam em Alvalade situações que resultaram de orçamentos participativos votados e que ainda não foram cumpridos, nomeadamente com o *Estrelas de São João de Brito*. -----

----- O Vereador responsável do pelouro tinha responsabilidade de dar cumprimento aos orçamentos participativos votados e aprovados pelos cidadãos, ou seria uma fraude. Se eles visavam promover a cidadania ativa, deviam ser respeitados, e nesse sentido era intenção, já o fizeram e iam insistir e foram dadas garantias que sim, que a estratégia do atual Executivo da Câmara era cumprir as deliberações dos cidadãos e neste caso os orçamentos participativos e dar execução aos projetos pendentes de execução, incluindo o caso do *Estrelas de São João de Brito*. -----

----- Era um caso semelhante, estava em causa a viabilidade financeira, que permitia melhorar as condições de funcionamento e de gestão, depender menos do erário público no futuro e ao mesmo tempo satisfazer necessidades locais, da população vizinha mais próxima, que foram ouvidos e manifestaram essa intenção ao *Clube de São Miguel*, de acordo com alguns equipamentos que eram úteis, até do ponto de vista do acesso ao comércio local, etc. -----

----- Neste sentido, a Junta de Freguesia considerava que para a Freguesia de Alvalade, para a comunidade de Alvalade, era um projeto que devia ser apoiado e tinha também da parte dos serviços competentes da CML um parecer positivo nessa matéria. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que o Senhor Presidente da Junta tinha referido entidades e pessoas singulares que manipulavam e falsificavam ações relacionadas com essa instituição, mas era bom que não houvesse suspeições e que dissesse ali a quem se referia. -----

----- Presumia que pudesse ser em relação a uma cidadã da Freguesia de Alvalade, mas como o Senhor Presidente tinha falado em instituições era bom que explicasse. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que gostava de saber que estavam bastante alinhados relativamente ao *Clube de Rugby São Miguel*, ao apoio que devia ser dado e a continuação da utilização do complexo desportivo. -----

----- Lamentava apenas que o Senhor Presidente não fosse tão institucional e tão garante da continuidade e que tantas vezes alegasse a descontinuidade de executivos para não cumprir algumas obrigações, como aquela que foi referida relativamente ao plano de prevenção da corrupção. -----

----- Sublinhava o pedido feito pelo PCP para que não houvesse quaisquer dúvidas relativamente a quem o Senhor Presidente estava a falar. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Filipe Moreno. -----

----- **Membro Filipe Moreno (CDS-PP)** disse que era sempre de assinalar que parte da agenda da autarquia local e dessa Junta fosse orientada para o desporto, para a promoção do bem-estar e em especial para quem proporcionava um contacto próximo com a comunidade, dos mais novos aos mais velhos. -----

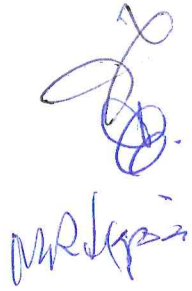
----- Gostava só de salientar que este contrato programa celebrado com o *Clube de Rugby São Miguel* oferecia algumas vantagens ao clube, que podiam e deviam ser consideradas. Era também esse o papel da Assembleia, salvaguardar os bons princípios da gestão autárquica e salvaguardar um bom serviço aos cidadãos. -----

----- Sabia-se que não foi do atual Executivo a redação primária deste contrato, foi no anterior mandato da Câmara e da Junta, estando apenas a votar uma adenda ao contrato programa, mas importava assinalar que estavam a falar da cedência de um campo municipal ao uso exclusivo de um clube, com bancadas pintadas da sua cor, com as receitas do bar para si e, de acordo com novas propostas votadas em Câmara, até poderiam surgir pagamentos de contas de eletricidade, gás, etc. -----

----- Ainda, parecia de assinalar que futuros empreendimentos comerciais, cedência de espaços, como o negócio dos campos de padel, teria os seus lucros como destinatário exclusivo o clube num regime de sub-concessão. Em função disso, era muito relevante que houvesse consonância entre essas cedências, um clube da Freguesia e um serviço à comunidade, por parte da contraparte, que nesse caso era o *Clube de Rugby São Miguel*. -----

----- Assim, gostaria de perguntar ao Executivo se havia efetivamente outros clubes a usufruir do parque de jogos, como era previsto no contrato, se houve algum concurso para a exploração do bar ou se fazia apenas parte do contrato programa, se era possível outros clubes da cidade ou da Freguesia usufruírem do espaço do campo de jogos e qual o espírito desse contrato com o espírito de envolver a comunidade em redor e vizinha para a integração do bairro. Nomeadamente o ponto 35 da cláusula 4ª, agradecia se pudessem esclarecer. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Manuel dos Santos. -----



----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que em relação ao ponto 8 não dispunham de todo o histórico processual e financeiro das atribuições feitas pela Junta de Freguesia de Alvalade ao *Clube de Rugby São Miguel* ao longo dos últimos anos, o clube era concessionário de uma área pública, que usufruiu no passado de um forte investimento público para a construção das suas infraestruturas desportivas, a adenda apresentava uma concessão que, do ponto de vista da IL, deveria ter sido um processo aberto e transparente, em concurso público, para que todos pudessem concorrer e apresentar propostas.-----

----- Segundo a Proposta nº 141/2022 da Junta de Freguesia de Alvalade, que estava na base da Proposta nº 188/2022, era necessário realizar investimentos avultados na construção de novos equipamentos e instalações. A votação em 2022 de uma adenda que pretendia ter efeito em janeiro de 2019 suscitava dúvidas.-----

----- Reconhecia a importância do *Clube de Rugby São Miguel* no trabalho que promovia, mas a bem da justiça, livre e saudável concorrência, não podia aceitar desproporcionalidades nos apoios concedidos a instituições da Freguesia.-----

----- Face ao exposto, a IL votaria contra a proposta nº 188/2022.-----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Frederico Lira.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que, de facto, o Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito era, como o nome indicava, um equipamento, com a possibilidade até de poder vir a dinamizar os espaços comerciais, parque de estacionamento, mini-mercados, etc., era no entender da CDU errada e contrária à natureza e objetivo para o qual foi criado esse equipamento desportivo.-----

----- Essa já tinha sido uma questão abordada, na altura em que esse protocolo foi celebrado, e que acabou por não avançar por oposição dos eleitos da CDU, que desempenhavam funções, na altura, no Executivo da Junta de Freguesia, pois considerou-se determinante salvaguardar o equipamento e por considerar que os investimentos a serem feitos na recuperação de um espaço que a CML tinha deixado ao abandono, deveriam ser no sentido de capacitar e dotar esse equipamento de infraestruturas direcionadas à promoção do desporto, diferentes modalidades, de modo a poder receber mais atletas, mais clubes, em particular aqueles que estavam sediados na Freguesia.-----

----- Obviamente que estavam sensíveis às preocupações do clube responsável pela gestão e manutenção do equipamento e manifestou-se na altura da elaboração do protocolo sobre a viabilidade financeira para esse equipamento, razão por que propuseram à data aquilo que agora estava a ser apresentado como adenda.-----

----- A solução não podia ser na transformação de um complexo desportivo num complexo desportivo e comercial. A concretizar-se essa opção, iria subverter-se a finalidade para o qual foi construído esse equipamento e perdia-se a oportunidade de reforçar e alargar a oferta de equipamentos desportivos, em detrimento de mais uma superfície comercial, em terrenos e propriedades do Município.-----

----- Embora a Freguesia de Alvalade estivesse dotada de vários equipamentos desportivos, grande parte deles não estavam disponíveis para os clubes ali sediados poderem desenvolver a sua atividade desportiva regular, sendo necessário o reforço de equipamentos desportivos e não mais espaços comerciais.-----

----- Alertava ainda que a reabilitação desse complexo decorria do CDC entre o Município e a Junta, sendo que um dos fundamentos para esse investimento era o seguinte:-----

----- “A área desportiva útil média de Lisboa é de 1,61 metros quadrados por habitante, o que se poderia eventualmente considerar que esta Freguesia se encontra acima da

média. Todavia, muitas das instalações desportivas referenciadas na carta não são de uso público, pelo que a preservação destas instalações desportivas municipais em particular e a manutenção do seu público continua a ser extremamente pertinente.” -----

----- Aí o orçamento participativo foi há muito tempo desenvolvido.-----

----- Perguntou se essa adenda não colocaria em causa a preservação dessas instalações desportivas municipais e a manutenção do seu público, a razão de ter beneficiado do financiamento da CML. -----

----- A CDU iria votar contra essa adenda. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por explicar que não houve concurso público porque resultou de algo mais abrangente, da participação dos cidadãos. Foi um orçamento participativo apresentado pelo *Clube de São Miguel*, os cidadãos na sua maioria escolheram aquele projeto e ele foi desenvolvido. Nesse sentido, era o cumprimento da vontade expressa na altura e que devia ser também respeitada noutros casos, nomeadamente para o *Estrelas de São João de Brito* e outros que pudessem surgir. Aliás, era um compromisso dos “Novos Tempos” da CML em todas as Freguesias onde isso ocorresse, não era só Alvalade.-----

----- Sobre a questão de quantas instituições, fazia parte do protocolo e estava-se a cumprir a obrigatoriedade de incluir e integrar outras instituições que já existiam, nomeadamente o *Clube 3F*, nomeadamente o *Clube de Cicloturismo de Alvalade* e a escola de futebol do *Sport Lisboa e Benfica*. Estava-se a promover com o *Clube de São Miguel* e outra associação a criação de uma nova atividade desportiva ainda pouco conhecida, mas que tinha encontrado junto da população mais jovem, nas escolas, algum interesse. Não estava desenvolvido em Portugal, era mais próximo dos anglo-saxónicos, o *Lacrosse*.-----

----- Alvalade tinha um potencial nesse sentido, segundo os especialistas na matéria, que não era o seu caso. Outras instituições, nomeadamente a abertura para a prática desportiva dos bombeiros, da PSP. -----

----- Além disso, estava também previsto um projeto nos domínios do apoio à medicina desportiva,-----

----- O investimento nestas matérias era avultado, mas havia duas alternativas, ou era o Estado que financiava sempre tudo e era muitas vezes esse o problema ideológico em Portugal, o oito ou oitenta. Entendia que o Estado podia apoiar inicialmente, mas devia criar condições para que se tornassem sustentáveis, para que não dependessem tanto dos dinheiros públicos e de uma forma tão regular. -----

----- Para o acesso ao serviço público, que continuaria a existir, gratuito e de acesso aos cidadãos, para algumas práticas desportivas, podia ser que se justificasse a manutenção de algum apoio parcelar, controlado, muito diminuto, à atividade do clube, como acontecia em todos os clubes. Depois, para a criação de condições que permitiam receitas, mas essas receitas não eram só privadas. -----

----- O património continuava a ser nos terrenos da Câmara, qualquer incumprimento desse contrato revertia a favor do erário público do Município. Depois havia as licenças, os impostos, todas as atividades que fossem lá desenvolvidas seriam do Município e da Junta de Freguesia. O *Clube de Rugby São Miguel* não ia receber IMI, nem taxas, nem nada dessas atividades, era receita do Município. -----

----- Os investimentos eram privados, havia zero investimento do resultado dos impostos das pessoas.-----

----- A única intervenção que a Junta podia fazer era que nos processos que levassem à realização dos projetos houvesse transparência e discussão pública, consultas de



mercado e que não fosse destinado para o A, o B ou o C previamente, para os que criassem as melhores condições para a comunidade fossem atendidos. Podia-se supervisionar a aplicação dessas regras. -----

----- A preocupação da IL era legítima e devia preocupar a todos. Percebia que a informação pudesse não ser suficiente, mas o que objetivamente e de forma racional levou a Junta a aceitar a proposta foi nesse pressuposto. -----

----- A solução era que, ou os investimentos para melhorar todo o espaço sobranteriam feitos pelo erário público, não sabia quantos milhares de euros, ou a iniciativa privada nesse caso podia fazer investimentos que viabilizassem financeiramente o projeto, para não estar sempre dependente dos milhares de euros da Câmara Municipal. A Junta não podia, só o faria através de um contrato de delegação de competências. -----

----- A preocupação da IL iria ser atendida, iriam acautelar as regras de transparência e de consulta do mercado, de livre concorrência nos potenciais promotores dos projetos a desenvolver, com a segurança e certeza que seria sempre património municipal. -----

----- Havia uma gestão durante um período de tempo, que se fosse incumprido nem cumpria o prazo que estava prevista na sua concessão. O incumprimento das obrigações contratuais resultava na resolução do contrato e voltava tudo para a Câmara, depois era um ónus que a Câmara teria que resolver, mas esperando que isso nunca acontecesse. ---

----- Sobre a suspeição, na *Associação Alvalade Verde* também houve críticas sobre esse aspeto e um e-mail que era *cidadaosporlisboa@gmail*, que nem sequer se identificava. Fosse quem fosse, procuravam responder a todos e não precisavam de os denunciar, até porque essas matérias deviam ser tratadas pelos órgãos próprios, polícia e Procuradoria. Não era à Junta que cabia essas suspeições, completamente infundadas, num Estado de direito democrático, com quase 50 anos de democracia, normal e civilizado. -----

----- Não podiam pactuar com esse tipo de posições e de funcionamento anti-democrático, porque era pouco ético, que as pessoas tinham de acusar os outros como se fossem donos da moral e dos bons costumes de toda a gente e que não era aceitável. Só por isso não reiterava esse tipo de argumentos, porque eram falsos, manipuladores. -----

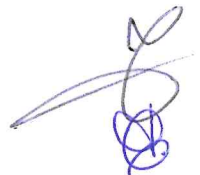
----- As críticas eram outra coisa, tinham de ser atendidas, mereciam o respeito dos titulares dos cargos políticos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 188/2022, visando a ratificação da aprovação da minuta da Segunda Adenda ao Contrato Programa nº 9/JFA/2016 – Clube de Rugby São Miguel – Complexo Desportivo Municipal de São João de Brito**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 15 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, Chega e MMA), 3 votos contra (CDU e IL) e 1 abstenção (BE) -----

----- **Ponto 9 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 136/2022, relativa à prorrogação do prazo de execução e à repartição de encargos dos contratos celebrados na sequência do procedimento “Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Arvoredo sob gestão da Freguesia de Alvalade” – Processo nº 54/CPI/JFA/2019;** -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que era uma segunda ratificação dos encargos plurianuais relativamente ao contrato público internacional realizado em 2019. Deveu-se à situação que já tinha explicado anteriormente, na anterior proposta, que prorrogou o prazo do anterior contrato em quarenta dias. Esta proposta prorrogava em mais vinte dias, devido a ter havido um erro na fórmula de preço do concurso público internacional lançado e por terem que responder a algumas questões extra aquando da decisão final, dos concorrentes que não foram elegíveis para esse concurso. -----


ma de psi

----- Para que a Freguesia de Alvalade não ficasse sem manutenção dos espaços verdes decidiu-se propor essa prorrogação do prazo com as empresas que geriam os vários lotes dos espaços verdes da Freguesia de Alvalade em mais vinte dias. O contrato que estava em vigor iniciou-se a 1 de agosto.-----

----- O que se apresentava para aprovação da Assembleia de Freguesia era a modificação dos encargos plurianuais no ano 2022. Isto teve um acréscimo de custo em 21 mil euros, que na verdade não foi um acréscimo, porque o contrato que estava em vigor não entrou mais cedo, entrou apenas em 1 de agosto, em virtude dessa prorrogação do prazo do contrato que estava em vigor desde 2019. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** perguntou se neste contrato já foi exigido, ou o que o Executivo pensava, relativamente à utilização de equipamentos elétricos, sobretudo em zonas habitacionais, aliás em linha com o que já foi feito no passado, na área da higiene urbana, cujo objetivo foi sempre diminuir a poluição, o ruído e, dessa forma, dar melhores condições de trabalho aos trabalhadores da higiene urbana. -----

----- Perguntou se continuavam a prosseguir esse objetivo com esse contrato. -----

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que em coerência com o que tinham afirmado recorrentemente, defendiam que os serviços de manutenção deviam ser efetuados através de meios próprios pela Câmara e não pela Junta de Freguesia. Na anterior abstiveram-se porque se referia a espaços específicos, nesta iriam votar contra.

----- Tendo pedido a palavra, a mesma foi concedida pelo **Presidente da Assembleia** ao Senhor Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que como já tivera oportunidade de dizer várias vezes e em resposta a uma pergunta do PS em tempos, relativamente a essa questão, o novo contrato de espaços verdes que estava em vigor já previa, na proposta, que um dos critérios de admissão fosse a utilização de equipamentos de mitigação de ruído e de emissão de carbono para a atmosfera. Tiveram isso em conta, indo um pouco mais além do que estava previsto anteriormente e ainda não foi a 100% porque, como bem sabiam, as empresas disponíveis no mercado não tinham equipamentos 100% elétricos. -----

----- Era uma medida que tinham de ir implementando com o tempo, com as regras europeias e nacionais que iam sendo implementadas chegariam a esse ponto, em que todas as ferramentas seriam elétricas para mitigar o ruído e as emissões de carbono para a atmosfera. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 136/2022, relativa à prorrogação do prazo de execução e à repartição de encargos dos contratos celebrados na sequência do procedimento “Aquisição de Serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes e Arvoredo sob gestão da Freguesia de Alvalade” – Processo nº 54/CPI/JFA/2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, IL, Chega e MMA), 2 votos contra (CDU) e 1 abstenção (BE) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** verificando não haver mais assuntos para discutir e votar, submeteu à votação a **Ata em minuta referente à presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e dez minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e dois.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----

J. L. P. M.

Quero

Mano Ruipe de Freitas